

bimestrais, conjuntas, com até 2 (dois) representantes de cada Sindicato e assessoria técnica, objetivando: § **Primeiro** - Apresentar o andamento de planos e ações destinados à prevenção e preservação da saúde dos empregados no ambiente ocupacional. § **Segundo** - Receber dos Sindicatos informações sobre as não conformidades identificadas que afetem os empregados, de maneira global, em assuntos de Segurança e Medicina do Trabalho e que possam vir a gerar novos planos e ações de melhoria dentro das prioridades de gestão da CPTM. § **Terceiro** – A CPTM terá um prazo de até 30 (trinta) dias, para responder aos Sindicatos quaisquer informações sobre as não conformidades identificadas, apresentadas pelos mesmos, informando os resultados dos levantamentos que efetuou, especificando as medidas de proteção a serem adotadas, bem como os prazos a serem observados.

CLÁUSULA 057: – PROGRAMA DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA
A CPTM disponibilizará aos Sindicatos, semestralmente, informações sobre o andamento do Programa de Prevenção e Controle da Dependência Química e Uso de Substâncias Psicoativas já implantado na Companhia. **Parágrafo Único** – A CPTM divulgará a todos os empregados, informações sobre o Programa de Prevenção e Controle da Dependência Química e Uso de Substâncias Psicoativas, visando esclarecer e sensibilizar para o valor e importância das atividades que o envolve.

CLÁUSULA 058: – AVISO DE CRÉDITO VIA INTRANET
A CPTM disponibilizará, via intranet, a cada empregado, a consulta do seu respectivo Aviso de Crédito, férias e 13º salário.

CLÁUSULA 059: – NORMAS E PROCEDIMENTOS
A CPTM fornecerá aos Sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho exemplar das regulamentações administrativas, normas e procedimentos sobre recursos humanos que se encontrem vigorando e aquelas emitidas na vigência deste Acordo.

CLÁUSULA 060: – CONSIGNAÇÕES SINDICAIS
A CPTM depositará em até 3 (três) dias úteis as consignações sindicais devidas em favor dos Sindicatos, após o dia de pagamento dos salários dos empregados no mês de competência.

CLÁUSULA 061: – DIRIGENTES SINDICAIS
A CPTM liberará dirigentes eleitos do Sindicato, nas seguintes condições: § **Primeiro** – Na razão de 1 (um) por 600 (seiscentos) empregados associados ou lotados na respectiva base territorial do Sindicato, com salários e demais vantagens. Fica satisfeita a condição de liberação do dirigente sindical sempre que for atingida ou superada a quantidade de 301 (trezentos e um) empregados, além dos 600 (seiscentos) empregados associados. § **Segundo** – Fica assegurada a prática atual de distribuição como segue: o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo poderá ter liberado até 6 (seis) Dirigentes Sindicais; o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana, até 5 (cinco) Dirigentes Sindicais e o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, 1 (um) Dirigente Sindical. § **Terceiro** – A CPTM, considerada a necessidade dos serviços, poderá conceder abono de ausências (ponto livre) a empregados eleitos Dirigentes ou Delegados Sindicais convocados pelo Sindicato até 30 (trinta) dias homens/mês, total ou parcial nos dias solicitados, durante a vigência deste Acordo, mediante solicitação por escrito do Sindicato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA 062: – ASCENSÃO FUNCIONAL DIRIGENTE SINDICAL

A CPTM permitirá que o empregado, membro da Diretoria Executiva do Sindicato, afastado para exercício de seu mandato, participe de seus processos seletivos internos, em igualdade de condições com os demais empregados. § **Primeiro** – O aproveitamento dar-se-á na medida da existência de vagas liberadas para preenchimento. § **Segundo** – Para o exercício do novo cargo e função, o empregado Dirigente Sindical deverá retornar à ativa junto aos quadros da Empresa, por um período mínimo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA 063: – MULTA POR DESCUMPRIMENTO
Fica ajustado entre as partes signatárias, multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente da categoria, por infração e por empregado envolvido, no caso de descumprimento, revertendo a presente cominação em favor da parte prejudicada, sem prejuízo do principal.

CLÁUSULA 064: – SINDICATO - DESLIGAMENTO E DESCONTO
A CPTM somente fará processamento em Folha de Pagamento da desfiliação de associado do Sindicato e supressão de descontos, quando solicitados pelo Sindicato com base em pedido expresso do empregado.

CLÁUSULA 065: – REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO
Serão realizadas reuniões periódicas, com agenda pré-determinada e acordada entre a CPTM e os Sindicatos, com a finalidade de apresentar e debater assuntos tratados pela Companhia relacionados à gestão de Recursos Humanos e as Cláusulas do presente Acordo.

CLÁUSULA 066: – DESCONTO CONFEDERATIVO / ASSISTENCIAL
A CPTM, com base em comunicação do Sindicato, através de ofício específico remetido à Empresa, com tempo hábil para o processamento e em conformidade com os preceitos legais pertinentes, procederá ao desconto nos salários, de todos os seus empregados, da Contribuição Confederativa / Assistencial, aprovada e fixada nas respectivas Assembléias gerais dos Sindicatos profissionais signatários do presente Acordo Coletivo de Trabalho. § **Primeiro** – Para fins de conhecimento dos empregados os Sindicatos divulgarão boletim informando a categoria profissional a respeito das condições e valores fixados em Assembléia. Tal divulgação deverá ser feita, no máximo, até o 5º dia útil após aprovação do Acordo em Assembléia. § **Segundo** – O empregado poderá exercer o direito de oposição, por escrito e individualmente, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, a contar da data de divulgação do boletim informativo, a que se refere o § primeiro, junto ao Sindicato Profissional da sua base territorial, através de carta assinada (em 2 vias) e protocolada no Sindicato. De posse da 2ª via protocolada e dentro desse prazo, o empregado deverá enviá-la ao DRHP – Lapa, comprovando que exerceu seu direito de oposição junto ao Sindicato Profissional, para que a CPTM não efetue o desconto. § **Terceiro** – Será de responsabilidade do Sindicato Profissional, eventuais pedidos de devoluções em face da discordância manifestada pelo empregado, na hipótese de questionamento judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA 067: – CONDIÇÕES E CRITÉRIOS PARA OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS/PATRIMÔNIO DA CPTM
A CPTM deverá apresentar a seus permissionários e aos Sindicatos, avaliação de seus imóveis. § **Primeiro** – A CPTM disponibilizará aos empregados interessados e aos Sindicatos, um banco de dados com a relação de seus imóveis. § **Segundo** – A CPTM manterá uma lista atualizada com a relação de empregados interessados em alocar seus imóveis, disponibilizando-a aos Sindicatos, cuja definição de critérios de ocupação será objeto de reunião específica. § **Terceiro** – A CPTM reembolsará ou descontará no valor da Taxa de Ocupação, valores gastos com reformas e/ou melhorias executadas no imóvel mediante aprovação prévia do orçamento realizado. § **Quarto** - Casos de reforma e/ou melhorias anteriores à assinatura deste Acordo serão objeto de avaliação pela Empresa.

CLÁUSULA 068: – LICENÇA PARA CUIDAR DE INTERESSE PRIVADO
A CPTM assegurará ao empregado o direito de se ausentar do serviço por até 3 (três) dias, consecutivos ou não, no intervalo de 12 (doze) meses, para tratar de interesse privado, mediante compensação. § **primeiro** – O pedido deverá ser formulado, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, com indicação do dia à chefia imediata, que poderá deferi-lo ou não, em função da necessidade de serviço, sendo que em caso de não deferimento o empregado poderá apresentar alternativa. § **Segundo** – Na impossibilidade de compensação, a ausência será descontada como falta justificada.

CLÁUSULA 069: – ABRANGÊNCIA/ VALIDADE
As condições de trabalho do presente Acordo abrangem todos os empregados da CPTM integrantes da Categoria Profissional representada pelos Sindicatos signatários, associados ou não, bem como todos os ferroviários que venham a ingressar na Empresa a partir desta data, dentro de seu âmbito regional de representatividade e/ou pertencentes à Categoria Profissional dos Engenheiros, e terão vigência por 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2012 até 28 de fevereiro de 2013. **Parágrafo Único** – A data base da Empresa é 1º de março de cada ano. **Item I** – Não obstante, prescreva a Lei o prazo de vigência certo e determinado para o presente ACT e as partes já o tenham fixado no “caput” da presente, acordam que qualquer das partes contratantes, dentro do prazo de 60 (sessenta) a 30 (trinta) dias, improrrogáveis, antes do término, notifique a outra parte, por escrito, da sua intenção declinando os pontos, nos casos de prorrogação, manutenção, revisão e inclusão de novas Cláusulas, para que no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento pela Empresa, de todas as pautas, tenham início às negociações do novo ACT.

CLÁUSULA 070: – EXTINÇÃO DO SALÁRIO DE TREINAMENTO PARA MAQUINISTAS
No período de vigência do presente ACT, a CPTM, extinguirá o salário de treinamento para maquinistas, observada a seguinte condição: **Parágrafo Primeiro** – **DAS NOVAS CONTRATAÇÕES** - Os novos empregados contratados para o cargo de Maquinista serão admitidos no padrão “A” e,

se aprovados no período de experiência (90 dias), serão efetivados no padrão “B” da estrutura salarial vigente para o cargo de Maquinista.

CLÁUSULA 071: – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PPR. (Cláusula Nova)
A CPTM renoverá o PPR – Programa de Participação nos Resultados implantado em 2010, através de ACT específico, aplicável ao exercício de 2011. **Parágrafo Único** – A CPTM e os Sindicatos deverão definir no prazo máximo de até 60 dias antes do seu vencimento, os indicadores, metas, regras gerais e valores para a assinatura do novo ACT específico do PPR em outubro de 2012, para aplicação no exercício de 2013.

CLÁUSULA 072: – PCS - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS/ PLANO DE CARREIRA. (Cláusula Nova)
A CPTM implantará em até 30 (trinta) dias da assinatura deste ACT o novo PCS, corrigindo as distorções existentes, adequando os cargos às funções e, por conseguinte os salários. § **Primeiro** – Concomitantemente, a CPTM implantará um Plano de Carreira, destacando os mapas de acessos e os critérios/normas de movimentação (horizontal e vertical), que possibilite a ascensão profissional do empregado na empresa. § **Segundo** – A CPTM fornecerá ao Sindicato cópia do Plano de Carreira aprovado, bem como as alterações que vierem a ocorrer durante a vigência do presente Acordo. § **Terceiro** – Será assegurada a participação dos sindicatos na discussão do processo de implantação do Plano de Carreira § **Quarto** – Preencherá as vagas do Plano Executivo aproveitando, preferencialmente, os profissionais de carreira. § **Quinto** – No caso da CPTM não implantar o PCS, de acordo com o “caput” desta cláusula, deverá adequar os salários em uma movimentação horizontal aos empregados que, cujos cargos, não foram contemplados nas negociações do ACT 2008/2009.

CLÁUSULA 073: – PREVIDÊNCIA PRIVADA SUPLEMENTAR. (Cláusula Nova)
A CPTM, como patrocinadora da REFER, estenderá a todos os empregados da empresa o direito ao plano de previdência por ela patrocinado, a partir da assinatura do presente Acordo. § **Primeiro** – A CPTM providenciará, junto à REFER, a instalação de um escritório regional da REFER em São Paulo, para atendimento de seus participantes. § **Segundo** – A CPTM se compromete, num prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do presente acordo, se não sanar as pendências junto ao plano CPTM/REFER, providenciar outro Plano de Previdência Privada Suplementar para todos os seus empregados.

CLÁUSULA 074: – ADICIONAL DE RISCO DE VIDA/PESSOAL DE ESTAÇÃO. (Cláusula Nova)
A CPTM pagará adicional de risco de vida de 15% (quinze por cento) sobre o salário nominal, com reflexo nos demais títulos contratuais aos bilheteiros, agentes operacional I e II, encarregados de estação e chefes geral de estação.

CLÁUSULA 075: – MEDICAMENTOS ESPECIAIS. (Cláusula Nova)
A CPTM fornecerá, gratuitamente, medicamentos para acidentados do trabalho e portadores de doenças profissionais, necessários para o tratamento e reabilitação do empregado, mediante receita médica e avaliação da área médica da Empresa.

CLÁUSULA 076: – FORNECIMENTO DE LANCHES AOS EMPREGADOS EM HORAS EXTRAS. (Cláusula Nova)
A CPTM concederá lanches aos empregados quando estiverem sob regime de prorrogação superior a duas e meia horas extras de trabalho por dia, fazendo-o através do tíquete-refeição, na forma de crédito eletrônico/magnético no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais)/dia.

CLÁUSULA 077: – AUXÍLIO TRANSPORTE - AT. (Cláusula Nova)
Além do vale-transporte estabelecido na legislação vigente, a CPTM fornecerá um auxílio adicional de Transporte mensal, exclusivamente aos empregados que residam fora da região metropolitana de São Paulo e que utilizem transporte coletivo, limitado ao valor de até 12 (doze) viagens diárias por ônibus urbanos do Município de São Paulo, atualizado conforme o índice de reajuste da respectiva tarifa. **Parágrafo Único** – Este auxílio-transporte adicional mais o vale-transporte estabelecido na legislação serão descontados dos salários dos empregados beneficiados, até o limite de 6% (seis por cento) do salário nominal vigente no mês de competência.

CLÁUSULA 078: – ESTABILIDADE DO AFASTADO POR DOENÇA. (Cláusula Nova)
A CPTM assegurará a estabilidade no emprego de 180 (cento e oitenta) dias, a todos os empregados afastado por Auxílio Doença, após a alta, excetuado o cometimento de falta grave.

CLÁUSULA 079: – CONVÊNIO FARMÁCIA. (Cláusula Nova)
A CPTM implementará um convênio com rede de farmácias, inclusive

homeopáticas e de manipulações, para compra de medicamentos, com desconto em folha de pagamento.

CLÁUSULA 080: – VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO. (Cláusula Nova)
A CPTM, mediante opção formal do empregado, permitirá a substituição do valor parcial de até 50% (cinquenta por cento), referente ao vale refeição, previsto na cláusula 003 do presente Acordo, por crédito mensal no cartão alimentação.

CLÁUSULA 081: – TRANSPORTES METROPOLITANOS. (Cláusula Nova)
A CPTM implantará, através de convênio com as empresas vinculadas à Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, passe livre aos empregados da CPTM, no sistema de transportes operado pela STM. **Parágrafo Único** – A CPTM estenderá o benefício previsto no “caput” aos aposentados da CPTM.

CLÁUSULA 082: – SALÁRIO NORMATIVO. (Cláusula Nova)
O Salário normativo da categoria profissional será de R\$ 1.060,31 (um mil e sessenta reais e trinta e um centavos), a partir de 1º de março de 2012, e será acrescido do mesmo índice aplicado para o reajuste salarial da categoria.

CLÁUSULA 083: – PARCERIAS PUBLICA-PRIVADAS - PPP. (Cláusula Nova)
A CPTM garantirá que 100% dos empregados, cujas funções forem absorvidas por terceirização ou concessão dos serviços, sejam realocados ou reaproveitados em outras funções compatíveis, estando estes empregados sujeitos aos mesmos direitos e obrigações inerentes a qualquer empregado da Empresa.

CLÁUSULA 084: – ADICIONAL DE TRABALHO EM REGIME DE ESCALA. (Cláusula Nova)
A CPTM pagará aos empregados que laboram em regime de escala, uma vantagem pessoal correspondente a 5% (cinco por cento) do salário nominal. **Parágrafo Único** – O adicional estabelecido no “caput” constitui VANTAGEM PESSOAL e possui natureza salarial, integrando o valor do salário para todos os efeitos legais.


CLÁUSULA 085: – AUMENTO REAL. (Cláusula Nova)
Os salários, já corrigidos, serão acrescidos em 5% (cinco por cento), como aumento real.

CLÁUSULA 086: – CESTA BÁSICA – DISTRIBUIÇÃO. (Cláusula Nova)
A CPTM viabilizará junto ao fornecedor da cesta básica prevista na cláusula 002 a entrega da cesta na residência do empregado. **Parágrafo Único** – O custo relativo à distribuição não será superior a R\$ 3,00 por cesta.

CLÁUSULA 087: – ADICIONAL DE MONITORIA. (Cláusula Nova)
Como medida de incentivo ao plano de qualificação de novos colaboradores, a CPTM concederá uma vantagem, denominada “adicional de monitoria” aos colaboradores, enquanto estiverem atuando como monitores no processo de formação de novos empregados. § **Primeiro** – O valor do adicional estabelecido no “*caput*” será correspondente a 20% (vinte por cento) do salário hora normal e incidirá sobre as horas efetivamente trabalhadas no exercício da monitoria. § **Segundo** – O adicional estabelecido no “*caput*” integrará a base de cálculo para a apuração do valor do salário hora. § **Terceiro**: Não se aplica o previsto no “caput” aos empregados detentores de cargos de chefia, de supervisão e de cargos de confiança.

CLÁUSULA 088: – PERMUTA DE EMPREGADOS ENTRE LINHAS. (Cláusula Nova)
A CPTM garantirá aos empregados interessados e ocupantes do mesmo cargo ou função, o direito a efetuarem permuta entre as linhas 7/10, 8/9 e 11/12, devendo ser concretizadas no prazo de até 30 (trinta dias), contados a partir do protocolo de requerimento assinado pelos interessados junto a sua chefia imediata.

CLÁUSULA 089: – MANUTENÇÃO DE EMPREGADOS APROVADOS EM SELEÇÃO INTERNA NA LINHA DE ORIGEM. (Cláusula Nova)
A CPTM manterá nas linhas de origem, os empregados aprovados em seleção interna para o exercício do novo cargo ou função. § **Primeiro** – Entenda-se como linha de origem, aquela em que o empregado estava lotado ao participar do processo seletivo. § **Segundo** – Na ausência de vaga na linha de origem, o empregado será alocado na linha de melhor conveniência entre as partes, com o compromisso de retorno a linha de origem assim que houver disponibilidade de vaga.

<p>Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo</p> <h1>O TRILHO</h1>	<h2>Informativo para funcionários da CPTM</h2>	 <p>79 Anos DE LUTA E VITÓRIA</p>
<p>sindicato@ferroviarios-sp.org.br www.ferroviarios-sp.org.br</p>		<p>Fevereiro/2012</p>

Em busca da renovação do nosso ACT e por mais conquistas..



A pauta de reivindicações para o ACT 2012/13 da CPTM foi aprovada em Assembleia realizada no dia 20 de janeiro, na sede do Sindicato. Estamos apresentando 89 cláusulas, desse total, 19 são novas.

Entre as diversas cláusulas que tratam de manutenção e melhorias nas condições de trabalho, salário e benefícios sociais dos trabalhadores, destacamos o reajuste salarial, reivindicado pelo maior dos seguintes índices: INPC-IBGE, IPC-FIPE e ICV-DIEESE, acumulados no período de 01.01.2011 a 29.02.2012, além de um ganho real de 5%, reajuste no vale refeição, e melhorias nas condições de segurança e saúde do trabalhador. Outras questões relevantes para a categoria também integram a pauta, como uma movimentação horizontal no PCS, para quem não foi contemplado nos últimos anos, a extensão da Refer para todos e renovação do PPR para 2013.

Podemos afirmar que durante esses anos de luta conseguimos manter benefícios almejados por muitas categorias, e há muito conquistados por nós. Mas sabemos que as relações trabalhistas são dinâmicas e sempre surgem novas demandas, às quais estamos atentos e buscamos saná-las através da garantia de direitos no ACT.

Para essa nova negociação, foram incluídas 19 cláusulas novas, muitas apresentadas pela categoria através de nosso espaço aberto antes da elaboração da pauta, onde recebemos sugestões de vários setores.

Conheça a íntegra da pauta de reivindicações.

CLÁUSULA 001: – REAJUSTE SALARIAL
A CPTM reajustará os salários, a partir de 01/03/2012, pelo maior dos seguintes índices: INPC-IBGE, IPC-FIPE e ICV-DIEESE, acumulados no período de 01.01.2011 a 29.02.2012, a ser aplicado sobre os salários de 28 de fevereiro de 2012.

CLÁUSULA 002: – CESTA BÁSICA
A CPTM manterá o fornecimento de uma Cesta Básica, a ser por ela definida, em espécie ou Tíquete Cesta, com padrão semelhante ao das Empresas vinculadas à Secretaria de Transportes Metropolitanos. § **Primeiro** – A CPTM manterá o subsídio de 100% (cem por cento) do custo dessa Cesta Básica ou Tíquete Cesta. § **Segundo** – A cesta básica será concedida a todos os empregados e alunos aprendizes, inclusive nos afastamentos por auxílio doença, acidente do trabalho e licença maternidade.

CLÁUSULA 003: – VALE REFEIÇÃO
A concessão do tíquete-refeição aos empregados dar-se-á por meio de 12 (doze) cotas ao ano, no valor atual de R\$ 22,00 (vinte e dois reais)/dia, com 24 (vinte e quatro) unidades mensais, **totalizando um crédito mensal de R\$ 528,00 (quinhentos e vinte e oito reais)**, sem ônus para o empregado, observando-se as seguintes condições: § **Primeiro** – Concessão aos alunos aprendizes nas mesmas condições dos demais empregados, exceto quando da existência de restaurante próprio ou conveniado. § **Segundo** – Manutenção, de até 15 dias, nos casos de afastamento por acidente de trabalho ou licença médica.

CLÁUSULA 004: – ALUNO-APRENDIZ
A admissão de alunos aprendizes far-se-á, dentro das vagas existentes, mediante a participação e aprovação em Concurso Público. **Parágrafo Único** - A remuneração dos alunos aprendizes, durante o 1º e o 2º ano de duração do curso de aprendizagem será reajustada de igual forma ao reajuste do salário mínimo, como segue: **a)** Durante o 1º ano do curso = 1 (hum) Salário Mínimo. **b)** Durante o 2º ano do curso = 1½ (hum e meio) Salário Mínimo.

CLÁUSULA 005: – INTEGRALIZAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO
A CPTM assegurará ao empregado afastado, em razão de tratamento de saúde, por acidente de trabalho e para tratamento de doença profissional e que receba benefício previdenciário (auxílio doença, auxílio acidente ou aposentadoria), o complemento da remuneração líquida que receberia se estivesse em atividade, garantido o seu pagamento em até 3 (três) anos consecutivos de afastamento, como segue: § **Primeiro** – O valor salarial do afastamento do empregado será corrigido segundo a política salarial vigente, nas mesmas datas dos reajustes legais da CPTM. § **Segundo** – O pagamento desta complementação estabelece a obrigatoriedade do comparecimento periódico do empregado afastado a serviço médico da Empresa, para avaliação médica, através de convocação. § **Terceiro** – O pagamento desta complementação salarial poderá ser suspenso: **a)** Caso o empregado não atenda à convocação ou não se justifique a respeito junto à área médica da Companhia, decorridos 5 dias da data estabelecida para apresentação; ou **b)** Por critério médico, quando da avaliação de que trata

a alínea anterior.
§ Quarto – Entende-se por remuneração líquida o salário nominal acrescido da gratificação anual abatido o valor do INSS.

CLÁUSULA 006: – ANUÊNIOS / AVERBAÇÃO DE TEMPO
A CPTM manterá os critérios atualmente praticados, relativos à Gratificação por Tempo de Serviço - Anuênio.
§ Primeiro – Esta gratificação corresponde à concessão de 1% (um por cento) sobre o salário nominal do empregado, para cada ano de trabalho efetivo prestado à CPTM, pago a partir do quinto ano, limitada a 35% (trinta e cinco por cento).
§ Segundo – Entende-se por Salário Nominal o salário contratual sem incidência de qualquer adicional ou outro tipo de contraprestação indireta.

CLÁUSULA 007: – AVISO PRÉVIO
A CPTM manterá, na dispensa sem justa causa, a concessão de um aviso prévio de 60 dias, sempre que o empregado contar com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade.
Parágrafo Único – A CPTM concederá, além do prazo legal, aviso prévio de cinco dias, por ano de serviço prestado à empresa, nele incluído os três dias previstos na lei 12.506/2011.

CLÁUSULA 008: – GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

A CPTM manterá a concessão da gratificação de férias na proporção de 2/3 (dois terços) do Salário Nominal, ou de 1/3 (um terço) sobre a remuneração, aquilo que for mais favorável ao empregado, por ocasião de suas férias.
Parágrafo Único – Entende-se por Salário Nominal o salário contratual sem incidência de qualquer adicional ou outro tipo de contraprestação indireta.

CLÁUSULA 009: – FÉRIAS / 13º SALÁRIO
A CPTM adiantará, por ocasião do gozo de férias, metade do 13º salário.
§ Primeiro – Os empregados que não tiverem interesse devem se manifestar com antecedência de 60 (sessenta) dias do período de gozo de férias ou quando da programação das férias.
§ Segundo – A CPTM efetuará o pagamento das verbas de férias e da metade do 13º salário, junto com o pagamento do salário do mês que antecede o início do período de gozo das mesmas, respeitado o disposto no art. 145 da CLT.
§ Terceiro – Excepcionalmente, os empregados que tiverem suas férias programadas para o início do mês de janeiro, o pagamento da metade do 13º salário dar-se-á até o dia 10 de janeiro.
§ Quarto – A CPTM concederá, quando do período de gozo de férias, mediante opção prévia do empregado, a título de empréstimo, valor equivalente ao número de dias usufruídos, a ser descontado em até 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do mês subseqüente ao do crédito realizado.

CLÁUSULA 010: – AUXÍLIO MATERNO INFANTIL
A CPTM pagará auxílio materno infantil a seus empregados, a partir do nascimento ou adoção legal da criança até que esta complete 7 (sete) anos de idade, no valor de R\$ 212,08 (duzentos e doze reais e oito centavos), observando que o reajuste deste valor dar-se-á sempre de igual forma ao reajuste salarial legal da Categoria abrangida pelo presente.
§ Primeiro – O auxílio acima será concedido mediante a apresentação do comprovante da(s) matrícula(s) da(s) criança(s) em creche, pré-escola ou ensino fundamental e mantido mediante a apresentação mensal de recibo(s) de pagamento(s), até o 5º dia útil do mês subseqüente ao daquele freqüentado pela criança na escola.
§ Segundo – Sem prejuízo da concessão dos termos do § anterior, a Empresa pagará auxílios na mesma razão, para cobertura de despesas com a guarda de até dois dependentes não matriculados em creche, pré-escola ou ensino fundamental, independente de comprovação.
§ Terceiro – A condição prevista no § segundo dar-se-á exclusivamente para empregados cuja jornada de trabalho se dê em horário noturno, desde que tenham cumprido escala noturna por mais de 15 (quinze) dias no mês, com exceção do período de férias. Por horário noturno entende-se aquele compreendido entre as 22h de um dia às 5h do dia seguinte.
§ Quarto – No caso de dependentes comprovadamente excepcionais ou inválidos, não haverá limite de idade, dispensando de matrícula em creche, pré-escola, ensino fundamental ou escola especial.
§ Quinto – Nos casos em que a entidade familiar seja formada por mais de 1 (um) empregado na Empresa, apenas 1(um) fará jus ao benefício.
§ Sexto – As condições previstas nesta cláusula aplicam-se aos alunos aprendizes.

CLÁUSULA 011: – GRATIFICAÇÃO DE APONTADOR
A CPTM manterá o pagamento de uma gratificação de 10% (dez por cento) do nível inicial da classe 03 do Plano Técnico-Administrativo, aos empregados que executam tarefas de Apontador.
§ Primeiro – Esta gratificação será devida enquanto o empregado exercer a função agregada de apontadoria. Cessando esta condição cessará o pagamento da gratificação.
§ Segundo – Não se aplica o previsto no “caput” aos empregados detentores de cargos de chefia, de supervisão de nível médio e de cargos de confiança.
§ Terceiro – Esta gratificação deverá ser excluída com a implantação do sistema de ponto eletrônico.

CLÁUSULA 012: – ADICIONAL NOTURNO
A CPTM pagará o percentual de 50% (cinquenta por cento), a título de adicional noturno sobre os salários nominais de seus empregados que trabalharem em horários noturnos das 22h às 5h.

CLÁUSULA 013: – VALE TRANSPORTE
A CPTM concederá vale transporte nos termos estritos da legislação em vigor, a todos os empregados que necessitarem de deslocamento para cumprimento da jornada de trabalho.

CLÁUSULA 014: – HORAS EXTRAS
A CPTM manterá a remuneração das horas extras em 100% (cem por cento) sobre o salário nominal do empregado.

CLÁUSULA 015: – BENEFÍCIO SAÚDE
A CPTM garantirá, para todos os empregados abrangidos pelo presente, um Plano de Assistência Médica Hospitalar, destinado aos empregados, Diretores da Companhia e seus respectivos dependentes diretos, feito com uma única Empresa, mediante processo licitatório.
§ Primeiro – Não será permitida a intermediação na manutenção do Plano de Assistência Médica Hospitalar.
§ Segundo – O percentual de reajuste do Plano de Assistência Médica e Hospitalar, na parcela paga pelos empregados, não poderá ser superior ao percentual aplicado como reajuste salarial.
§ Terceiro – A CPTM quando da prorrogação, ou não, do contrato vigente, deverá consultar, antes do seu vencimento, os Sindicatos para avaliar a satisfação quanto ao desempenho dos serviços prestados pela contratada.
§ Quarto – A dotação orçamentária, devidamente corrigida, para a contratação do Benefício Saúde, será definida em conformidade com as regras aplicadas para esse fim, conforme constante do ACT 2004/2005, reeditado no ACT 2005/2006.

CLÁUSULA 016 – ACOMPANHAMENTO BENEFÍCIO SAÚDE
A CPTM continuará a fazer gestão com a empresa contratada para a prestação de serviços de assistência médica, com a finalidade de melhorar os serviços oferecidos.

CLÁUSULA 017: – SEGURO DE VIDA EM GRUPO/DECESSOS
A CPTM concederá seguro de vida em grupo, assistência funeral (decessos) e seguro de acidentes pessoais a todos os empregados e respectivos cônjuges ou companheiros (as), nas condições e valores estipulados na apólice de seguro contratada pela Empresa.

CLÁUSULA 018: – ADICIONAL DE RISCO DE VIDA
A CPTM concederá o adicional de 15% (quinze por cento) do salário nominal aos empregados integrantes dos cargos de Agente, Encarregado e Supervisor de Segurança, quando atuando nas funções típicas da Segurança Operacional ou da Segurança Patrimonial.

CLÁUSULA 019: – REEMBOLSO QUEBRA-DE-CAIXA
A CPTM manterá o reembolso da diferença de quebra-de-caixa, até o valor equivalente a 22 (vinte e dois) bilhetes unitários F-01, por mês, conforme norma em vigor.

CLÁUSULA 020: – ADIANTAMENTO QUINZENAL
A CPTM manterá o Adiantamento de 35% (trinta e cinco por cento) do salário nominal dos empregados beneficiados pelo presente Acordo, a ser creditado no dia 15 de cada mês.
Parágrafo Único – O valor adiantado será descontado do pagamento da remuneração devida ao empregado no último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA 021: – PATRIMÔNIO / TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS

A CPTM cobrará dos empregados a taxa de ocupação de imóveis por eles ocupados em função do salário base de cada empregado.
§ Primeiro - Para os ocupantes de imóveis com Termo de Permissão de Uso de Imóvel Residencial celebrados com data anterior a 1º de **março de 2012**, será cobrado o valor pago até essa data, acrescido do mesmo índice aplicado para o reajuste salarial.
§ Segundo - Para os ocupantes de imóveis com Termo de Permissão de Uso de Imóvel Residencial celebrados com data posterior a 1º de **março de 2012**, será cobrado dos empregados que recebem até 6 (seis) (*)VRs (valor de referência), o valor de 01 (hum) VR. Para os empregados com salários superiores a 06 (seis) VRs, será cobrado 01 (hum) VR (X) + 10% (dez por cento) sobre a diferença entre o salário base (Z), deduzidos 06 (seis) VRs (Y), como segue: [X + 0,1 (Z – Y)]. (*) VR = R\$357,84 + **índice de reajuste salarial de março/2012**, a ser aplicado na data de vencimento do Termo de Permissão de Uso de Imóvel Residencial.
§ Terceiro - Será também, cobrado do empregado, conforme especificado no Termo de Permissão de Uso de Imóvel Residencial, o valor correspondente às taxas e impostos relativamente ao imóvel utilizado pelo mesmo ou de outras práticas que venham a ser adotadas, mediante consenso entre as partes, durante a vigência deste Acordo.

CLÁUSULA 022: – BENEFÍCIO ODONTOLÓGICO
A CPTM garantirá, para todos os empregados abrangidos pelo presente, um Plano de Assistência Odontológica, destinado aos empregados e Diretores da Companhia, feito com uma única Empresa, mediante processo

licitatório.
§ Primeiro – Não será permitida a intermediação na manutenção do Plano de Assistência Odontológica.
§ Segundo – A CPTM quando da prorrogação, ou não, do contrato vigente, deverá consultar, antes do seu vencimento, os Sindicatos para avaliar a satisfação quanto ao desempenho dos serviços prestados pela contratada.
§ Terceiro – A dotação orçamentária, devidamente corrigida, para a contratação do Benefício Odontológico, será definida em conformidade com as regras aplicadas para esse fim, conforme constante do ACT 2004/2005 reeditado no ACT 2005/2006.

CLÁUSULA 023: – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO
A CPTM manterá e processará o desconto em folha de pagamento, de empréstimos pessoais contraídos pelos empregados, nos termos do Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003, em conformidade com os convênios estabelecidos entre os Sindicatos e as entidades financeiras.
Parágrafo Único - A CPTM não permitirá que nenhuma instituição financeira tenha exclusividade para empréstimo consignado, com desconto em folha de pagamento.

CLÁUSULA 024: – TRANSPORTE PARA FORA DO LOCAL DE TRABALHO HABITUAL
A CPTM propiciará meio de locomoção adequado e gratuito para seus empregados, quando no cumprimento de suas jornadas de trabalho, forem compelidos a iniciar ou findar o serviço fora de seu local normal de trabalho.

CLÁUSULA 025: – TRANSPORTE GERAL
A CPTM manterá o acesso dos seus empregados às estações do Sistema Metro-Ferroviário (**Metrô e CPTM**), mediante utilização do bilhete de serviço.

CLÁUSULA 026: – TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO BANCÁRIO
A CPTM atenderá aos pedidos de transferência de créditos bancários dos empregados, remetendo-os às agências bancárias (qualquer banco) que melhor condição de atendimento oferecerem.
Parágrafo Único - A CPTM converterá as contas salários de todos seus empregados em “conta de registro e controle de fluxo e recursos” conforme Resolução nº 3.402 do Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA 027: – CALENDÁRIO ANUAL DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA

No período de vigência do presente Acordo Coletivo, a CPTM propiciará a compensação de folgas em dias intercalados entre feriados e fins de semana, mediante fixação de jornadas complementares e correspondentes às referidas folgas, através de regime de compensação diluída no decorrer do exercício.
§ Primeiro – Salvo no caso de acidentes ou incidentes e necessidade imperiosa, a CPTM não poderá escalar empregado para trabalhar no seu repouso remunerado.
§ Segundo – Na ocorrência de prestação de trabalho no repouso remunerado, será devido ao empregado o pagamento das horas trabalhadas de acordo com a legislação pertinente ou, repouso compensatório.
§ Terceiro – A complementação da jornada, prevista no “caput”, poderá ser no início ou no final da jornada de trabalho diária, respeitado sempre que possível, o interesse do empregado e validado pela chefia, que considerará, inclusive, as características do local de trabalho e da atividade desenvolvida.

CLÁUSULA 028: – AUSÊNCIA POR TRATAMENTO DENTÁRIO
A CPTM abonará as horas em que o empregado comparecer a tratamento dentário executado por dentistas credenciados pela contratada, através do Benefício Odontológico, por dentista particular e por dentista dos Sindicatos, apresentando, no retorno ao local de trabalho, atestado odontológico assinado pelo dentista com menção da hora de chegada e saída.

CLÁUSULA 029: – LIBERAÇÃO DIA DO PAGAMENTO DE SALÁRIO
A CPTM, através das respectivas chefias, fará programações específicas, onde couber, para liberação dos empregados da via permanente e de manutenção, com vistas ao recebimento dos salários no fim de cada mês.

CLÁUSULA 030: – RECEBIMENTO PIS/PASEP
A CPTM, por intermédio das respectivas chefias, fará programações específicas para a liberação de empregados, que deverão receber vantagens estabelecidas por lei através da rede bancária (PIS / PASEP), observando o limite de até 3 (três) meses da data do direito ao recebimento.

CLÁUSULA 031: – FÉRIAS PERÍODO DE GOZO
A CPTM garantirá que o início do período de férias do empregado só ocorra após o seu descanso, folga ou intervalo regulamentar, independente do tipo de escala / turno a que esteja submetido.
Parágrafo Único – A CPTM avisará aos seus empregados, com 30 (trinta) dias de antecedência, a data de início das férias individuais sempre que a Empresa alterar a data inicialmente prevista, salvo por necessidade imperiosa de serviço.

CLÁUSULA 032: – INCENTIVO À EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

A CPTM implementará convênios com entidades educacionais nas modalidades de ensino superior, de ensino fundamental, médio e/ou técnico, inclusive com creches, bem como com escolas de idiomas, para empregados, dependentes diretos e estagiários, de forma a possibilitar vantagens aos mesmos, como desconto em matrícula, mensalidade ou outros itens cobrados.
§ Primeiro – A CPTM fará divulgação nos meios de comunicação disponíveis dos nomes das instituições de ensino que firmarem convênios, bem como os cursos e vantagens oferecidos aos empregados, dependentes diretos e estagiários.
§ Segundo – A CPTM divulgará em suas dependências cursos de habilitação de várias modalidades promovidos pelo SESI e cursos profissionalizantes promovidos pelo SENAI.

CLÁUSULA 033: – ATIVIDADES CULTURAIS / EDUCATIVAS / LAZER
A CPTM divulgará e promoverá a realização de atividades culturais, educativas e de lazer aos seus empregados e dependentes diretos, incentivando a participação e o desenvolvimento de novas formas de expressão no campo da arte, música, esporte, literatura etc.
Parágrafo Único – A CPTM implementará convênio com o SESI, que proporcionará vantagens aos empregados que se associarem, a fim de que possam usufruir das atividades de lazer dos seus CATS - Centro de Atividade do SESI.

CLÁUSULA 034: – EDUCAÇÃO CONTINUADA, APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
A CPTM manifesta sua disposição de continuar investindo no desenvolvimento de seus recursos humanos, através da participação de programas voltados à educação continuada, capacitação, especialização e aperfeiçoamento técnico.

CLÁUSULA 035: – LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO MÉDICO-FAMILIAR

A CPTM, aceitará atestados médicos apresentados à Chefia imediata, de até 2 (dois) dias por ano, por empregado, relativos ao acompanhamento de dependentes legais em atendimento médico / hospitalar.
§ Primeiro – As necessidades de ausências, de caráter excepcional, serão avaliadas por profissionais da área de Serviço Social da Empresa, que deverão emitir as recomendações técnicas adequadas para cada caso.
§ Segundo – A CPTM aceitará atestados médicos e/ou declaração de acompanhamento, apresentados à chefia imediata, até um limite de 6 (seis) meios periodos de trabalho ao ano, ou de três períodos inteiros, sem prejuízo do período já concedido no “caput”, às empregadas mães ou empregados pais que detenhm a guarda dos filhos, para acompanhamento dos menores de 6 anos relativos ao acompanhamento médico/laboratorial/hospitalar.

CLÁUSULA 036: – ESTABILIDADE GESTANTE
A CPTM assegurará a estabilidade no emprego de 180 (cento e oitenta) dias, à gestante, após o término da licença maternidade, excetuado o cometimento de falta grave.
§ Primeiro – Caso a atividade que a gestante esteja desempenhando ofereça riscos atestados pela área médica, a Empresa deverá aproveitá-la em outras atividades previstas no PCS, durante o período de gravidez.
§ Segundo – Ficam excluídas das garantias previstas nesta cláusula as hipóteses de rescisão de Contrato de Trabalho por iniciativa da empregada, mediante acordo entre as partes e com assistência do SINDICATO, ou por término do contrato a termo.

CLÁUSULA 037: – LICENÇA MATERNIDADE
A CPTM concederá licença remunerada, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, à empregada gestante, a partir do nascimento do filho, ou do início do afastamento por Licença Maternidade, o que ocorrer primeiro.
Parágrafo Primeiro – A CPTM concederá licença remunerada, na mesma proporção, à empregada que adotar legalmente ou tiver a guarda judicial para fins de adoção de crianças.

CLÁUSULA 038: – ALEITAMENTO MATERNO
A CPTM concederá 2 (duas) horas diárias, preferencialmente no início ou no término da jornada, por escolha da empregada, para aleitamento de seu filho, até que o mesmo complete a idade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 039: – FÉRIAS GESTANTE
A CPTM garantirá que a empregada gestante possa marcar seu período de férias na seqüência da licença maternidade.
Parágrafo Único – Esse benefício será estendido às empregadas que fizerem adoção legal nos termos da Cláusula que trata de LICENÇA MATERNIDADE.

CLÁUSULA 040: – APOSENTADORIA ESPECIAL
A CPTM preencherá o formulário de exposição a agentes agressivos de forma conveniente e adequada, de acordo com a legislação, para a concessão do

benefício de aposentadoria especial pelo INSS.
§ Primeiro – Sempre que a avaliação feita pela Empresa, no que concerne a exposição a ruídos, for igual ou inferior a 90db(A) decibéis, é facultado ao Sindicato convocar perito oficial do Ministério do Trabalho, para acompanhamento.
§ Segundo – A CPTM entregará o formulário ao empregado, devidamente preenchido, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 041: – UNIFORMES
A CPTM, com base no disposto na Norma de Serviço em vigor, fornecerá gratuitamente a seus empregados uniformes, cujo uso seja considerado obrigatório.
§ Primeiro – Caso o fornecimento ocorra de forma insuficiente, os empregados ficarão isentos de qualquer responsabilidade.
§ Segundo – Os uniformes deverão ser adequados a todas as condições, inclusive funcionais e climáticas.
§ Terceiro – Serão fornecidos conjuntos completos de uniformes, de acordo com a categoria funcional do empregado e conforme especificação da Empresa, para períodos de 18 (dezoito) meses ou de 1 (um) ano de intervalo para troca.
§ Quarto – Para a reposição de peças do uniforme, por qualquer motivo, os empregados deverão proceder à devolução das peças a serem substituídas.

CLÁUSULA 042: – UTILIZAÇÃO DE EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
A CPTM fornecerá Equipamento de Proteção Individual – EPI, gratuitamente, ao empregado que, por Lei e em razão das suas funções, esteja obrigado a utilizá-lo, desde que adequado aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive devendo possuir o C.A. (Certificado de Aprovação), nos termos da legislação específica, que deverá ser apresentado ao Sindicato quando solicitado.
§ Primeiro – A CPTM ministrará treinamentos periódicos e reciclagem quanto à conscientização, uso, forma correta de utilização, higienização, conservação e guarda do EPI.
§ Segundo – É terminantemente proibido o empregado recusar-se a utilizar o EPI, tendo em vista o que dispõe a legislação vigente, cuja inobservância constitui falta grave, cabendo a aplicação de penalidade ao empregado infrator.
§ Terceiro – A CPTM deverá fornecer condições ideais de conservação e guarda dos EPI’s, ao empregado que esteja enquadrado nas condições previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA 043: – DANOS MATERIAIS
A CPTM não cobrará os danos causados com quebra de materiais e utensílios, salvo quando comprovada a existência de dolo.

CLÁUSULA 044: – DIFERENÇAS SALARIAIS
A CPTM pagará a seus empregados os créditos de salários, indenizações, horas extras, diárias e outras quantias devidas a qualquer título, tomando por base de cálculo o salário do mês de liquidação.

CLÁUSULA 045: – FÉRIAS FRACIONAMENTO
A CPTM, observadas as necessidades de serviço, poderá permitir o desdobramento das férias do pessoal em dois períodos, um dos quais nunca inferior a 10 (dez) dias corridos, nos termos do § 1º, do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, incluindo-se também pedidos formais formulados por empregados com idade igual ou superior a 50 anos.
Parágrafo Único – A CPTM viabilizará um sistema de férias que permita periodicamente a todos os empregados, condições de serem gozadas nos meses considerados “nobres” (janeiro, fevereiro, julho e dezembro).

CLÁUSULA 046: – ESTABILIDADE APOSENTADORIA
A CPTM não poderá dispensar seus empregados durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores e 6 (seis) meses imediatamente posteriores à aquisição do direito mínimo adquirido de aposentadoria, definido pelo INSS, ressalvados os casos de acordo e cometimento de falta grave.

CLÁUSULA 047: – ESTABILIDADE ACIDENTE DE TRABALHO
A CPTM não rescindirá o contrato de trabalho de seus empregados afastados por mais de 15 (quinze) dias por motivo de acidente de trabalho ou doença profissional, antes de transcorridos 365 dias de alta do INSS, salvo por motivo de falta grave.
§ Primeiro – Caso o empregado fique parcialmente incapacitado para o exercício do cargo em que se encontra, deverá ser readaptado e reenquadrado no Plano de Cargos e Salários - PCS, observadas as condições e requisitos definidos para o cargo.
§ Segundo – Os empregados reabilitados pelo INSS serão reabsorvidos nas funções em que forem julgados capazes, desde que existentes no PCS.
§ Terceiro – As readaptações poderão ser feitas sem o afastamento do empregado, desde que homologado pelo INSS.
§ Quarto - O empregado readaptado ou reabilitado por acidente de trabalho para outros cargos e áreas da CPTM, poderá retornar à sua carreira de origem, através de classificação e aprovação em todas as etapas de processo seletivo interno, destinado ao suprimento de cargo de nível superior ao anteriormente ocupado.

CLÁUSULA 048: – ESTABILIDADE MEMBROS DA CIPA
A CPTM adotará, na composição dos membros da CIPA, os critérios consubstanciados na legislação própria, garantindo aos representantes titulares e suplentes dos empregados a estabilidade preconizada na Lei.
§ Primeiro – A CPTM divulgará as eleições da CIPA com o mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de antecipação, comunicando ao Sindicato.
§ Segundo – A CPTM abonará o ponto dos representantes da CIPA de acordo com o seguinte critério:
a) Abono de 5 (cinco) horas semanais dos representantes eleitos para participação em reuniões da CIPA, inspeções em locais de trabalho, análise e investigação de ocorrências na área de atuação à qual pertence, desde que comprovada em ata;
b) No dia das eleições o abono será estendido aos candidatos e fiscais.
§ Terceiro – Os representantes de empregados na CIPA não serão transferidos da área de atuação para os quais foram eleitos, salvo quando por opção dos mesmos.

CLÁUSULA 049: – ASSISTÊNCIA JURÍDICA
A CPTM prestará assistência jurídica aos seus empregados quando a demanda, de ordem criminal, for oriunda do exercício legítimo e legal da atividade profissional, sendo os mesmos envolvidos em processos judiciais resultantes da relação de emprego.

CLÁUSULA 050: – ACERVO TÉCNICO
A CPTM fornecerá, a pedido do interessado e para fins de acervo técnico, declaração contendo a indicação da participação específica em estudos, planos, projetos, obras e serviços, ficando condicionado o fornecimento da referida declaração à participação efetiva do empregado interessado em todo o trabalho realizado.

CLÁUSULA 051: – REVISÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA
A CPTM permitirá que os empregados à disposição do serviço médico da CPTM, para fim de revisão médica e psicológica, tenham sua frequência apontada como efetivo serviço.
§ Primeiro - Os exames médicos, nas revisões, serão efetuados, no mínimo, de acordo com o PCMSO– Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – especificado na norma de serviço NS-GRH/003, que regulamenta o assunto e de acordo com o cronograma da unidade local, observadas as escalas de trabalho e local de melhor conveniência para as partes.
§ Segundo – A CPTM fará exames periódicos em seus empregados após o descanso regulamentar ou de acordo com recomendação da área Médica.

CLÁUSULA 052: – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A CPTM aceitará atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados pelo INSS, pelos Planos de Saúde e Odontológicos oferecidos pela Empresa, particulares e pelos Sindicatos.
§ Primeiro – Nos atestados médicos ou odontológicos de até 15 (quinze) dias, o empregado deverá apresentar o mesmo à sua Chefia imediata para justificar a sua ausência e esta, após o abono da frequência, deverá encaminhar o atestado ao Posto Médico para registro em prontuário e avaliação da necessidade de comparecimento do respectivo empregado.
§ Segundo – Nos atestados superiores a 15 dias o empregado deverá comparecer ao Posto Médico onde está cadastrado até o 10º dia consecutivo ou, na impossibilidade de comparecimento, a sua Chefia imediata e/ou o Posto Médico deverão ser comunicados dentro do mesmo prazo, para que seja providenciada a documentação necessária, a fim de protocolar o benefício de auxílio doença junto ao INSS.

CLÁUSULA 053: – COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
O empregado poderá solicitar a assistência de um representante do Sindicato, quando submetido à Comissão de Sindicância.

CLÁUSULA 054: – AUSÊNCIA DIFICULDADES DE ACESSO
A CPTM, com base em parecer da chefia local, poderá abonar o dia de ausência ou atraso do empregado, quando este for impedido de comparecer ao local de trabalho por consequência de movimento paredista no transporte coletivo de passageiros (urbano e intermunicipal).

CLÁUSULA 055: – JORNADA DE TRABALHO
A jornada de trabalho da CPTM será única, fixada em 40 (quarenta) horas semanais, exceto para os empregados do Centro de Controle Operacional – CCO (que está fixada em 36 (trinta e seis) horas semanais), e outras classes que têm jornada de trabalho especial prevista em lei.
Parágrafo Único - A CPTM manterá as escalas conforme Aditivos ao ACT 2011/2012, relativos aos segmentos CCO, Estação, Segurança, Manutenção e Tração.

CLÁUSULA 056: – SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL
A CPTM cumprirá o disposto nas Normas Regulamentadoras referentes a saúde e segurança do trabalho de seus empregados e manterá as reuniões